

# A POLÍTICA DE EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO E SEUS ASPECTOS LOCACIONAIS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Leonardo Thompson da Silva

[leonardothompson@ifba.edu.br](mailto:leonardothompson@ifba.edu.br). Professor Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA Porto Seguro). Doutorando em Geografia na Universidade Federal da Bahia (UFBA/Brasil). Bolsista Doutorado Sanduíche PDSE/CAPES na Universidade de Coimbra, Portugal.

## RESUMO

O artigo apresenta um estudo sobre a política de expansão das instituições federais de ensino e seus aspectos locacionais no território brasileiro. Especificamente, buscou-se: descrever o processo de expansão e interiorização das Instituições Federais de Ensino (IFE's) no Brasil; mapear a distribuição geográfica das IFE's e seus câmpus no Brasil, apresentando a nova configuração espacial educacional; destacar os critérios locacionais utilizados para a inserção de novos câmpus. Nesse estudo utilizou-se como base uma abordagem analítica, de cunho qualitativo e quantitativo, articulando os procedimentos metodológicos em quatro eixos: teórico-metodológico; empírico; descritivo-analítico; e prospectivo. Os resultados preliminares demonstram a representatividade dessa política pública de educação no Brasil. Nota-se um processo de expansão rápido e surpreendente. Uma nítida política pública federal de interiorização da educação profissional tecnológica e superior, com forte abordagem territorial/regional, desconcentrando os investimentos dos grandes centros urbanos para áreas de cidades pequenas e médias, na tentativa de contribuir para o desenvolvimento local e regional do espaço brasileiro. Nessa perspectiva ressalta-se a importância do entendimento do processo de expansão de instituições de ensino e suas transformações espaciais nos municípios e regiões. Essa análise espacial tem o propósito de contribuir para o planejamento, gestão e (re)ordenamento das ações de expansão de novos câmpus das Instituições Federais de Educação e suas articulações com as (re)configurações territoriais regionais, (re)arranjos locais e a organização espacial da educação no território brasileiro.

Palavras-Chave: Política Pública de Educação; Instituições Federais de Ensino; Ensino Superior e Tecnológico.

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre a influência das instituições educacionais e suas dinâmicas espaciais vem despertando o interesse de pesquisadores, ocupando cada vez mais espaço nos seminários acadêmicos, congressos e publicações sobre o assunto.

Nesse contexto, o tema deste artigo é merecedor de análise científica devido à representatividade dessa política pública de expansão das instituições federais de ensino e sua interdependência com o desenvolvimento social, cultural e econômico das diversas localidades e regiões no território brasileiro. “A distribuição dos serviços educacionais coloca, portanto, importantes problemas relacionados com a organização do espaço geográfico” (SILVA, 2008, p.6).

Primeiramente, apresenta-se uma discussão teórica sobre os aspectos locacionais das instituições federais de ensino. Em segundo, aponta-se um breve relato da política de expansão das universidades e institutos federais. Em terceiro, destaca-se a expansão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) bem como os aspectos quantitativos e sua nova configuração espacial.

Por fim, nas considerações finais, ressalta-se a importância do conhecimento das transformações advindas da política de expansão das Instituições Federais de Ensino (IFE's) para auxiliar no planejamento integrado, gestão e (re)organização espacial do ensino profissional e superior no território brasileiro.

### **ASPECTOS LOCACIONAIS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

Os estudos realizados por Sylvio Bandeira de Mello e Silva, Barbara-Christine N. Silva e Maina P. Silva (2008) chamam atenção para um importante aspecto na articulação instituições de ensino e espaço. Os pesquisadores analisam a organização espacial do sistema educacional, relacionando-o com a rede urbana e debatendo questões de centralização e descentralização. Ao discutir a espacialização do processo educacional, apontam os aspectos ligados à localização como um importante problema a ser abordado. Onde localizar as escolas? Qual será sua área de influência? Como garantir acessibilidade a grande parte da população? De acordo com os autores essas questões são relevantes, pois “O desafio é o de encontrar mecanismos de localização e interação que assegurem plenamente o atendimento dos preceitos constitucionais. Assim, onde localizar uma escola e para quem ela é destinada (o seu raio de influência) são questões fundamentais no planejamento da educação em um país, região, estado e município” (SILVA et al., 2008, p.5).

Na discussão sobre localização, acessibilidade e interação dos sistemas de educação, está implícita a problemática da centralização e da descentralização. Centralizar pode interferir nos critérios de equidade ao acesso e descentralizar pode interferir nos critérios de eficiência espacial.

[...] por exemplo, uma excessiva centralização em poucos centros urbanos ou em poucos bairros, ou ainda em poucos espaços rurais, muitas áreas deixarão de ser atendidas no todo ou em parte. No outro extremo, o da exagerada descentralização do sistema educacional, a eficiência do mesmo poderá ser bastante afetada com a pulverização dos recursos e com custos muito altos. É preciso, portanto, encontrar estruturas e processos que garantam, de um lado, padrões de eficiência para o sistema educacional e padrões de equidade no que tange o acesso aos serviços educacionais por parte da população onde quer que ela esteja (SILVA et al., 2008, p.5).

Nesse sentido, a busca pelo equilíbrio entre os critérios de eficiência e equidade passam a ser fundamentais no planejamento de novas unidades de ensino. Conforme o autor, “todo esse processo educacional deve ser constantemente avaliado quanto a sua eficiência e equidade, inclusive em termos pedagógicos” (SILVA et al., 2008, p.13). Adequar as estruturas espaciais educacionais às necessidades da sociedade pode levar a um melhor desenvolvimento econômico e social dos

municípios. E nessa perspectiva de critérios de eficiência e equidade que os autores elaboraram um quadro comparando os níveis de ensino e seus padrões locais no sistema educacional (Quadro 01).

Quadro 01 - Padrões locais do sistema educacional com base em critérios de eficiência e equidade.

Níveis de Ensino	Padrões Locacionais
<b>1. Creche e pré-escola</b> (creche: atende crianças até três anos; pré-escola: atende crianças de quatro a seis anos)	Distribuição espacial muito densa das creches e pré-escola para assegurar o fácil acesso das crianças (pequenas distâncias entre residências e creche), pequena dimensão dos estabelecimentos. Fundamental importância do acompanhamento familiar nos deslocamentos. Pequenas áreas de atendimento (partes de bairros, por exemplo).
<b>2. Alfabetização</b> (idades variadas, inclusive envolvendo adultos)	Tendência a uma dispersão aleatória, já que normalmente utiliza instalações de creches, pré-escolas e do ensino fundamental, além de igrejas, clubes e organizações sociais.
<b>3. Ensino fundamental</b> (duração mínima de oito anos, população de sete a 14 anos, em geral)	Distribuição espacial densa das escolas para assegurar o acesso das crianças (distâncias médias entre residências e escola). Maior dimensão dos estabelecimentos. Menor importância do acompanhamento familiar nos deslocamentos, relevância do transporte escolar no campo e na cidade, também importância do transporte público. Médias áreas de atendimento (áreas rurais e bairros, por exemplo).
<b>4. Ensino médio</b> (duração mínima de três anos, população de 15 a 17 anos, em geral)	Distribuição espacial menos densa que para o ensino fundamental, também com distâncias superiores com relação ao nível anterior. Dimensão variada dos estabelecimentos, em geral menores que os do ensino fundamental. Relevância do transporte escolar e do transporte público. Áreas de atendimento maiores que no nível anterior (grandes bairros ou conjuntos de bairros próximos, extensas áreas rurais).
<b>5. Ensino superior</b> (graduação-duração variada)	Distribuição espacial bem menos densa. Padrões locais menos rígidos na escala da cidade, da região e do país. Importância dos serviços de apoio aos estudantes (residências, restaurantes, bolsas etc.). Grandes áreas de influência (cidades, regiões e estados). Variedade quanto à dimensão dos estabelecimentos (universidades, centros universitários, faculdades, escolas etc).
<b>6. Ensino superior</b> (pós-graduação-duração variada)	Distribuição espacial ainda mais rarefeita, em particular para os cursos de doutorado. Padrões locais menos rígidos. Inserção nas escalas nacional e internacional. Importância dos serviços educacionais (bolsas, residências, restaurantes).

Fonte: SILVA, et al., (2008, p.7).

Ao apresentar suas discussões sobre as “Cidades Pequenas e Médias: reflexões teóricas e aplicadas no território Baiano”, Sylvio Bandeira Mello e Silva utilizou como base a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller (1966) para analisar a espacialização do ensino superior na Bahia. Sylvio Silva destaca que a interiorização das Universidades Federais, Estaduais e das instituições particulares na Bahia contribui para equidade espacial da oferta de cursos superiores no território baiano. Segundo o autor, estas “exercem um papel muito importante no sistema urbano-regional [...] tendo um expressivo papel distributivo junto às cidades pequenas e médias no interior do estado da Bahia” (SILVA, 2010, p.103).

Para Sylvio Silva a expansão do ensino superior na Bahia

não tem ocorrido por força de políticas públicas urbano-regionais (princípio da administração, segundo Christaller) mas sim, em função do crescimento do mercado, especialmente pela dinâmica da urbanização, provocando a ampliação da demanda (princípio de mercado), que precisa ser atendida com menores custos de deslocamento (princípio da circulação) (SILVA, 2010, p. 103).

Diferentemente, ocorre o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que vem, notadamente, ocorrendo por força de uma política pública federal que une educação, ciência e tecnologia às questões relacionadas ao desenvolvimento local e regional.

Sylvio Silva menciona, em seu texto, a forte descentralização que vem sendo executada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), levando seus cursos técnicos e superiores para os municípios do interior “rompendo com a primazia da região metropolitana”. Nesse contexto, o autor fundamenta a relevância deste projeto, pois, segundo ele, “A expansão acima está sendo tão intensa e rápida que torna necessária, em curto prazo, uma avaliação integrada com base em critérios de eficiência e equidade espaciais” (SILVA, 2010, p.103).

Já Antônio Angelo da Fonseca e Juan Pedro Delgado (2012) destacam em seu artigo “As Novas Demandas Regionais por Cursos de Graduação: uma proposta de regionalização” a significativa expansão de universidades e institutos federais no território baiano e apontam que “[...] começou a ser preenchida parte de uma grande lacuna relacionada à ausência histórica de universidades federais na Bahia” (FONSECA; DELGADO, 2012, p. 172). Os autores ressaltam um importante aspecto da expansão, trata-se da frágil articulação federativa entre os municípios, estados e governo federal, na perspectiva de evitar sobreposição de cursos de graduação entre as universidades estaduais, federais e os institutos federais em uma mesma região ou município. Esse alerta é relevante, pois pode-se evitar gastos excessivos em infraestrutura, laboratórios e pessoal e uma distribuição desigual de cursos com relação a demanda por regiões e lugares.

Em outra abordagem teórica e metodológica, o pesquisador Wendel Henrique (2009), ao investigar o papel das universidades na produção do espaço urbano e regional de cidades médias e pequenas da Bahia, ressalta as novas dinâmicas urbanas presentes no município de Cachoeira, região do recôncavo baiano. Wendel destaca as importantes transformações advindas do processo de implantação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), e aponta mudanças na cidade, tais como

[...] transformações na estrutura de comércio/serviços como surgimento de *apart* hotéis, *delicatessen*, copiadoras, livrarias e cafés, que foram impulsionadas pela instalação da UFRB, que também, insere novos tempos e novas temporalidades na cidade, a partir da chegada, de novos moradores (professores, estudantes universitários e funcionários), com suas “necessidades”, novos desejos e novos consumos (HENRIQUE, 2009, p. 97).

Entretanto, os resultados da pesquisa apontam para um intenso processo de tensões e conflitos socioculturais, destacando o “empobrecimento e uma exclusão de moradores do local, das “benesses” do desenvolvimento econômico” com a chegada da UFRB. Dados coletados em campo

e entrevista destacam “transformações perversas no cotidiano local, como o aumento do consumo de drogas, dos preços dos aluguéis, e a invisibilidade dos moradores antigos para os novos moradores e usuários” (HENRIQUE, 2009, p. 99).

Esses e outros estudos demonstram a relevância da problemática da inserção de novas Universidades e Institutos Federais de Ensino. Estes transformam significativamente o cotidiano dos municípios e das regiões onde são implantados. Destaca-se no próximo item, a política de expansão das Universidades e Institutos Federais de Educação e seus aspectos locais no território brasileiro.

### **A POLÍTICA DE EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO NO BRASIL**

No Brasil, nos últimos anos, uma política pública educacional vem chamando atenção dos pesquisadores e analistas regionais. Trata-se da política de expansão e descentralização das Instituições Federais de Ensino. As Universidades Federais e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica passam por esse processo. Um dos objetivos dessa política é “ampliar o acesso à educação técnica e superior e, principalmente, contribuir para o desenvolvimento local e regional do espaço brasileiro” (MEC, 2010).

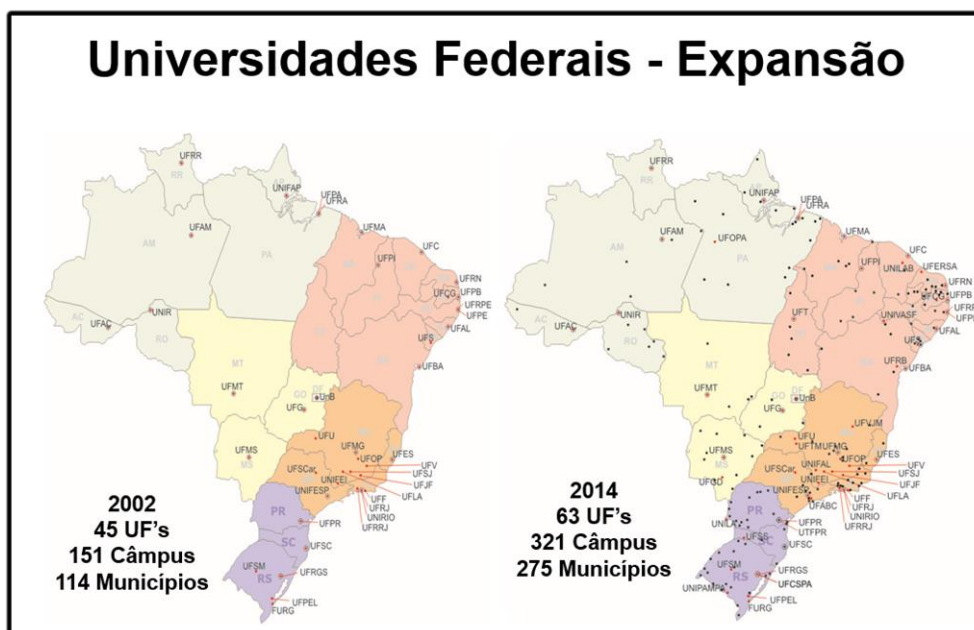


Figura 01 – Expansão das Universidades Federais

Fonte: MEC (2014)

Nas universidades federais a expansão tem sido relevante. Observa-se (figura 1), que em 2002 o número de universidades federais era de 45, totalizando 151 câmpus, presente em 114 municípios. Já em 2014 o número de universidades cresceu para 63, em um total de 321 câmpus ocupando 275 municípios do território brasileiro. Ou seja, são 170 novos câmpus universitários. Comparando os

mapas da política de expansão das universidades federais, nota-se um processo de interiorização do ensino superior nas diversas regiões do território brasileiro.

Paralelamente, se dá a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Atualmente, a Rede é composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's); Universidades Tecnológicas (UT's); Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's); Escolas Técnicas vinculadas às Universidades; e Colégio Pedro II (figura 02).



Figura 02 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)

Fonte: MEC (2012)

A expansão ocorre, sobretudo, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), em um processo denominado de *Ifetização*.

Estas instituições têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país. São 38 institutos, [...] espalhados por todo o país, além de várias unidades avançadas, atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas), bacharelados e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica (PACHECO, 2008, p.9).

Com uma estrutura *multicampi* os Institutos Federais se relacionam diretamente com as localidades e regiões. “É neste sentido que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional” (PACHECO, 2008, p.10).

As transformações, ocorridas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, demonstram uma perspectiva de desenvolvimento, “posto que refletem cumplicidade e engajamento regional para com os atores sociais regionais/locais”.

### A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A figura 3 mostra a evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no território brasileiro. Até 2002, existiam 140 unidades de educação profissional. Na 1ª e 2ª fase da expansão, realizada de 2003 a 2012 foram implantados 218 novos câmpus dos Institutos Federais de Educação Tecnológica. A 3ª fase da expansão tem previsão de mais 208 novos câmpus até o fim de 2014. Serão 426 novos câmpus dos IF's, em um total de 566 distribuídos no espaço brasileiro (MEC/SIMEC, 2012).



📍 Preexistentes - 1909 a 2002



📍 1ª Fase de Expansão - 2003 a 2010



📍 2ª Fase de Expansão (previstos) – 2011 a 2012



📍 3ª Fase de Expansão (previstos) – 2013 a 2014

Figura 03 – Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Fonte: MEC/SIMEC (2012)

Elaboração: L. T. SILVA (2014)

Portanto a expansão, com a perspectiva de totalizar 566 câmpus, alargando a Rede por todo “o tecido social do país, por meio da sua interiorização o que a transforma em uma das mais importantes estruturas públicas potencialmente indutoras do desenvolvimento regional/local e da resolução de demandas sociais” (MEC/SEPT, 2009, p.12).

Dessa forma, têm-se os seguintes questionamentos: Como fica a distribuição e evolução espacial dos IF's no Brasil? Como fica a nova configuração por estado/região. De fato, ocorre uma interiorização?

Tabela 1 – Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica por Estado do Brasil

<b>Estados</b>	<b>Preexistentes 2002</b>	<b>1ª Fase 2003-2010</b>	<b>2ª Fase 2011-2012</b>	<b>3ª Fase 2013-2014*</b>	<b>Total de IF's</b>
Acre	0	1	3	1	05
Alagoas	4	0	7	4	15
Amapá	0	0	2	2	04
Amazonas	4	6	0	4	14
Bahia	12	12	2	9	35
Ceará	5	17	1	6	29
Distrito Federal	0	2	7	1	10
Espírito Santo	6	11	1	2	20
Goiás	6	7	4	5	22
Maranhão	4	10	4	8	26
Mato Grosso	3	7	1	3	14
Mato Grosso do Sul	0	1	6	3	10
Minas Gerais	4	37	8	6	55
Pará	7	6	1	5	19
Paraíba	6	3	3	6	18
Paraná	8	13	3	7	31
Pernambuco	8	6	1	9	24
Piauí	5	9	3	3	20
Rio de Janeiro	8	18	1	7	34
Rio Grande do Norte	5	12	1	3	21
Rio Grande do Sul	12	12	9	7	40
Rondônia	1	4	1	1	07
Roraima	1	1	1	1	04
Santa Catarina	8	16	7	3	34
São Paulo	3	18	8	8	37
Sergipe	3	0	3	4	10
Tocantins	2	4	0	2	08
<b>Total de IF's</b>	<b>126</b>	<b>232</b>	<b>88</b>	<b>120</b>	<b>566</b>

Fonte: MEC/SIMEC (2012) / \* Previstos

Elaboração: L. T. SILVA (2014)



A tabela 1 demonstra a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e sua distribuição pelos estados brasileiros. Vale destacar que até 2002, os estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal, não possuíam unidades de ensino federal tecnológico. Observa-se que com a prospecção de novos câmpus até o fim de 2014, estes chegarão, a 05 unidades no Acre, 04 no Amapá, 10 no Mato Grosso do Sul e 10 no Distrito Federal. Um estado que merece destaque na expansão e descentralização é Minas Gerais, crescendo de 04 escolas técnicas em 2002 para 55. Até o final de 2014 o estado terá a maior quantidade de câmpus da Rede Federal, seguido pelo Rio de Janeiro com 40, São Paulo com 37 e Bahia com 35. Os dados da expansão dos IF's demonstram o dinamismo nos diversos estados brasileiros.

Além da distribuição por estado, pode-se destacar a difusão da Rede Federal por regiões do Brasil (Tabela 2). A região nordeste se encontra em posição de destaque nessa expansão, passando de 53 escolas técnicas em 2002 para uma perspectiva de 195 câmpus até o final de 2014, incorporando um total de 34% da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Tabela 2 – Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica por Regiões do Brasil

Região	Preexistentes 2002	1ª Fase 2003-2010	2ª Fase 2011-2012	3ª Fase 2013-2014*	Total por Região
Norte	15	22	8	16	61
Nordeste	53	68	25	52	195
Centro Oeste	9	17	18	12	56
Sudeste	21	84	18	23	146
Sul	28	41	19	17	105
Total de IF's	126	232	88	120	566

Fonte: MEC/SIMEC (2012) /\* Previstos

Elaboração: L. T. SILVA (2014)

Com os dados coletados percebe-se, um crescimento significativo, tanto das Universidades Federais, quanto da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, o que demonstra um dinamismo nas cidades e regiões onde os institutos estão se instalando. Contudo, abre-se um importante espaço para discussões, pesquisas e estudos sobre essa política pública de expansão e interiorização da educação superior e técnica e seu reatamento na dinâmica do desenvolvimento local e regional brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, percebe-se uma nítida política pública federal de interiorização da educação profissional tecnológica e superior, com forte abordagem territorial/regional, desconcentrando os investimentos dos grandes centros urbanos para áreas de cidades pequenas e médias, tudo isso, com objetivo claro de ampliar e democratizar o acesso à educação técnica, mas principalmente,

contribuir para o desenvolvimento local e regional do espaço brasileiro.

Este estudo preliminar demonstra a representatividade dessa política pública de educação no Brasil. Entender a política de expansão das Universidades Federais e dos Institutos Federais de Educação Tecnológica e suas implicações no território, no desenvolvimento local e regional se fazem necessário. Entretanto, é preciso ampliar os procedimentos metodológicos com parâmetros para uma análise crítica integrada, que utilize critérios de eficiência e de equidades espaciais para compreender as (re)configurações territoriais regionais, (re)arranjos locais e a organização espacial da educação profissional, científica e tecnológica no território brasileiro.

No Brasil, percebe-se um processo de expansão rápido e surpreendente, que modificam, principalmente, o cotidiano das cidades médias e pequenas. Nessa perspectiva, alguns questionamentos permanecem em aberto, tais como, até que ponto essas políticas de expansão e interiorização minimizam as desigualdades e desequilíbrios socioeducacionais nas escalas intra e inter-regional? A expansão de novos câmpus tem ocorrido com planejamento, infraestrutura adequada e qualidade necessária para o desenvolvimento de suas atividades? Os cursos implantados nos novos câmpus se relacionam com as especificidades dos lugares? São observados aspectos locacionais? E os arranjos produtivos locais? Quais as dificuldades, perspectivas e tendências dessa expansão das Instituições de Ensino para o desenvolvimento do território brasileiro?

Esses e outros questionamentos demonstram a importância do entendimento das transformações advindas do processo de expansão das Instituições Federais de Ensino. Essa análise espacial tem a expectativa de contribuir para o planejamento e (re)ordenamento das ações de expansão de novos câmpus e sua inter-relação com o desenvolvimento dos lugares.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL (2012): Ministério de Educação. Sistema de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SIMEC). Painel de Controle do MEC - Campus dos Institutos Federais. Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/P>>. Acesso em 28 mar. 2012.

BRASIL (2009): Ministério da Educação. Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SEPT). Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica. Pesquisa para Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/local. Disponível em: <<http://www.ifgoias.edu.br/observatorio/index.php/projetos-de-estudo-e-pesquisas>>. Acesso em 10 abr. 2012.

BRASIL (2008): Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, v. 145, n. 253, p. 1-3, 30 dez.

FIALHO, N. (2009): Chão Desigual: a categoria espaço/território no contexto da pesquisa e da pós-graduação em educação no Brasil. IN: NASCIMENTO, A; HETKOWSKY, T. Educação e Contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA.

FONSECA, A. A. M. y DELGADO, J. P (2012): As Novas Demandas Regionais por Cursos de Graduação no Estado da Bahia: uma proposta de regionalização. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XIV. N. 26. Salvador, BA.

FROTA JR., J. P (2012): O papel das Universidades no Desenvolvimento Regional. Disponível em: <[http://www.fiec.org.br/artigos/educa%C3%A7%C3%A3o/papel\\_universidades\\_desenvolvimento\\_regional.htm](http://www.fiec.org.br/artigos/educa%C3%A7%C3%A3o/papel_universidades_desenvolvimento_regional.htm)> . Acesso em: 01 de fev. 2012.

HENRIQUE, W. (2009): A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: notas preliminares de pesquisa. Geotextos, Salvador, vol.5, n. 1, p. 89-112.

MOURA, E. A. (2010): Inserção dos Institutos Federais e o Desenvolvimento Local: um estudo de caso de Laranjal do Jarí – AP. 51f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ.

NICO, B. y NICO, L. (2011): Educação e Território: o (des)encontro geracional das aprendizagens e a fractura cultural. Lisboa, Portugal. Disponível em: <<http://www.bravonico.com/docs/082.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

PACHECO, E. (2008): Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti\\_evolucao.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

PEREIRA, L. A. C. (2009): A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos\\_caldas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_caldas.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2012.

SANTOS, M. y SILVEIRA, M. L (2000): O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro. Brasília: ABMES.

SILVA, C. J. R. (2009): Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões. Natal: IFRN.

SILVA; S. B. de M., SILVA, B. N. y SILVA, M. P (2008): Rede Urbana e Educação em Roraima. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, ano X, n. 18, p. 5-14.

SILVA, S. B. de M (2010): Cidades Pequenas e Médias: reflexões teóricas e aplicadas. IN: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudo de caso. Salvador: SEI., p. 93-108.

SILVA, S. B. de M (1996): Regionalização e Ensino Superior na Bahia. Revista Bahia Análise e Dados. Salvador: SEI, v.6, n.3, p. 91-94.